

Caderno de Prova



17 de fevereiro



das 9 às 13 h



4 h de duração*



60 questões



ATM

Analista Técnico



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

Conhecimentos Gerais

(15 questões)

Português e Redação Oficial

5 questões

Texto

“Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.

(...)

A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição que dispõe, no artigo 37: “*A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*”. Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais.

(...)

Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão.

(...)

Acrescente-se, por fim, que a identificação que se buscou fazer das características específicas da forma oficial de redigir não deve ensejar o entendimento de que se proponha a criação – ou se aceite a existência – de uma forma específica de linguagem administrativa, o que coloquialmente e pejorativamente se chama *burocratês*. Este é antes uma distorção do que deve ser a redação oficial, e se caracteriza pelo abuso de expressões e clichês do jargão burocrático e de formas arcaicas de construção de frases.

A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc.

Manual de redação da Presidência da República . Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – ed. rev. e atual. – Brasília : Presidência da República, 2002.

1. Sobre Redação Oficial, analise as afirmativas abaixo:

1. A impessoalidade é característica da redação oficial. Isso traz ao texto, necessariamente, a ausência de impressões individuais de quem comunica e este, ou seja, o emissor, é sempre o Serviço Público.
2. A impessoalidade também se faz presente naquele que recebe a comunicação oficial. Há duas possibilidades para o receptor: a comunicação pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como *público*, ou a outro órgão público. Nos dois casos, temos um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal.
3. O padrão culto da Língua Portuguesa é obrigatório na redação oficial. Isso implica o emprego de linguagem rebuscada, de necessárias construções sintáticas e figuras de linguagem próprios da língua literária.
4. Os textos oficiais devem ter formalidade e padronização. Um exemplo dessa característica pode ser observada no trecho a seguir, endereçado ao Secretário de Educação de um Município deste Estado: "Solicitamos a Vossa Senhoria que emita, o mais rápido possível, vosso parecer a respeito do início do ano letivo, para que os alunos não venham a ser prejudicados."
5. O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Assim, está correto o seguinte fecho de um memorando cujo emissor é um Chefe de Departamento e o receptor o Diretor do respectivo Departamento:

*"No aguardo de vossa manifestação,
Atenciosamente
Fulano da Silva
Chefe do DAM"*

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 3, 4 e 5.

2. Considere o seguinte trecho:

"A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc."

Analisando-o do ponto de vista sintático, avalie as afirmativas abaixo:

1. Os termos "árida e infensa", são complementos nominais do termo "redação oficial" a quem se referem e com os quais concordam em gênero e número.
2. O verbo "impor" no contexto em que se insere deve ser classificado como transitivo direto e indireto. Os termos "certos parâmetros" e "uso que se faz da língua" são seus objetos direto e indireto, respectivamente.
3. A crase presente em "à evolução da língua" ganha amparo sintático na contração de uma preposição – exigida pelo termo "infensa" e de um artigo que define a palavra "evolução".
4. O termo "daquela" refere-se à expressão "uso que se faz da língua".
5. Em "comunicar com impessoalidade", o termo sublinhado é adjunto adverbial, já que, quanto à predicação verbal, o verbo "comunicar" é intransitivo.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 5.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 3, 4 e 5.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 5.

3. Analise a frase abaixo:

“Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão.”

Assinale a alternativa **correta** em relação à frase.

- a. () A frase constitui-se de um período simples, já que apresenta apenas um sujeito: “ato normativo de qualquer natureza”.
- b. (X) Há a presença de próclise na frase, por exigência do advérbio de negação “não”.
- c. () Nas duas vezes em que aparece na frase, a palavra “que” tem a mesma classificação: pronome relativo e sua função é dar sequência à enunciação que o precede.
- d. () Passando-se para o plural o sujeito da frase, teríamos “dois atos normativos de quaisquer naturezas” e seu verbo “ser” deveria também estar no plural com a seguinte conjugação: “fossem redigidos”.
- e. () Colocado no futuro do subjuntivo os verbos “dificultar” e “impossibilitar” teríamos a seguinte expressão: “que dificultasse e impossibilitasse sua compreensão”.

4. Considere as seguintes palavras:

1. atrasado, analisar, pobreza, paralisar
2. pretensioso, improvisar, obcecado, sintetizar
3. dissensão, discussão, adivinhar, impecilho
4. tábua, fracasso, excesso, exceção
5. beneficiante, deslize, extravasar, espontâneo

Estão **corretamente** grafadas as palavras apresentadas em:

- a. () 3 e 4.
- b. () 4 e 5.
- c. (X) 1, 2 e 4.
- d. () 1, 4 e 5.
- e. () 2, 4 e 5.

5. Assinale a frase que está em acordo com a norma culta da língua portuguesa.

- a. (X) Custa-me crer que ele foi demitido.
- b. () Lembro-me que o médico os assistiu durante todo o percurso.
- c. () Estas são as ações que te falei sobre o caso X e sobre as quais debes elaborar um relatório.
- d. () Enquanto, não conhecia a verdade, era feliz; agora que a encontrou, é infeliz pois, a certeza dos fatos, o assombra.
- e. () Estejam alertas, pois o tempo das pseudos ameaças está por acabar.

Temas Atuais

5 questões

6. Com mais de 51% dos votos, o engenheiro Mohammed Mursi tornou-se o primeiro presidente do Egito escolhido pela população. A eleição de Mursi, segundo um número significativo de analistas, só foi possível graças ao apoio interno de um grupo de religiosos conservadores, para os quais o Islã é a solução para os problemas dos países da região.

O grupo a que se refere o texto é o(a):

- a. () Al Qaeda.
- b. () Jihad Islâmico.
- c. (X) Irmandade Muçulmana.
- d. () Hizbollah (Partido de Deus).
- e. () Hamas (Movimento de Resistência Islâmica).

7. Recentes interrupções no fornecimento fizeram ressurgir o debate sobre a necessidade de investimentos na produção e transmissão de energia elétrica no Brasil. Entre as grandes obras governamentais que atacam esse objetivo está uma grande usina, em construção na Bacia do Rio Xingu, e que vem sendo objeto de acalorados debates na região desde 2009.

O texto faz referência à Usina de:

- a. () Jirau.
- b. () Itaipu.
- c. () Tucuruí.
- d. (X) Belo Monte.
- e. () São Luiz do Tapajós.

8. A concentração da propriedade rural tem gerado grandes conflitos em muitas regiões do Brasil, principalmente nas áreas em que predominam latifúndios.

O surgimento de grandes propriedades não é um fenômeno novo em nossa história. Podemos buscar no período colonial a formação dos primeiros latifúndios, quando do desenvolvimento do(da):

- a. () Cafeicultura.
 - b. () Cultivo de subsistência.
 - c. (X) Lavoura de cana de açúcar.
 - d. () Extração das drogas do sertão.
 - e. () Era de ouro do cacau e da borracha.
-

9. O vertiginoso aumento da população e o consequente aumento do consumo de alimentos e matérias primas têm causado grande preocupação aos cientistas e governantes.

Assinale a alternativa que indica uma dessas preocupações.

- a. () Buscar formas de diminuir a produção do campo, mantendo um equilíbrio ambiental.
- b. (X) Buscar formas de aumentar a produção do campo, mantendo um equilíbrio ambiental.
- c. () Promover o crescimento demográfico, sem aumentar a produção do campo, e mantendo um equilíbrio ambiental.
- d. () Promover o crescimento demográfico e aumentar a produção do campo sem preocupações com o dito equilíbrio ambiental.
- e. () Buscar formas de diminuir o consumo de alimentos, baixar a produção agrícola e permitir o aumento da população, sem preocupação com o equilíbrio ambiental.

10. Os portugueses vivem, no presente momento, as vicissitudes de uma persistente crise que vem arruinando a economia lusitana.

Assinale a alternativa que indica o outro país ibérico que atravessa dificuldades semelhantes.

- a. (X) Espanha
- b. () Grécia
- c. () Itália
- d. () Galícia
- e. () Catalunha

Noções de Informática

5 questões

11. A função do MS Excel versão 2010 em português do Brasil que procura um valor em uma linha e retorna o valor correspondente (mesma coluna), de uma outra linha indicada na declaração da função, é:

- a. () AVG()
 - b. () BUSCA()
 - c. () PROCV()
 - d. (X) PROCH()
 - e. () CORRESP()
-

12. A função do Modo de Exibição do Apresentador, presente no MS Powerpoint versão 2010 em português Brasil, é:

- a. () Estruturar a apresentação em tópicos para revisão do apresentador.
- b. () Reproduzir áudio e movimentos do mouse gravados anteriormente pelo apresentador.
- c. (X) Exibir as anotações na tela do laptop/desktop, mas não no projetor.
- d. () Trocar automaticamente os slides conforme definido anteriormente pelo apresentador.
- e. () Permitir a realização de anotações nos slides durante a apresentação.

13. Selecione a alternativa que descreve o recurso Atingir Meta do MS Excel versão 2010 em português do Brasil.

- a. () Não há um recurso denominado Atingir Meta no MS Excel versão 2010 em português do Brasil.
- b. (X) É utilizado quando se conhece o resultado de uma função mas se desconhece algum valor de entrada da função para chegar a este resultado.
- c. () É uma fórmula que calcula os valores (por ex. comissões, produção, etc.) e os confronta com valores de outra tabela para determinar se as metas foram atingidas.
- d. () É utilizado para ver os resultados de várias entradas diferentes possíveis para uma função ao mesmo tempo.
- e. () É utilizado para criar e salvar vários grupos de valores, ou cenários, e alternar entre eles com o objetivo de determinar o melhor valor para atingir um resultado.

14. Com relação ao modo de exibição estrutura de tópicos do MS Word versão 2010 em português, é **correto** afirmar:

1. Exibe o documento ordenado por títulos e subtítulos com seus respectivos níveis.
2. Permite a criação de subdocumentos vinculados ao documento mestre.
3. Permite inserir documentos externos e vinculá-los ao documento.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 2.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

15. Os atalhos do teclado do MS Word, MS Excel e MS Powerpoint, todos na versão 2010 em português do Brasil, para refazer e desfazer uma ação, respectivamente, quando possível, são:

- a. () Ctrl + Q e Ctrl + Z
- b. () Ctrl + U e Ctrl + Z
- c. (X) Ctrl + Y e Ctrl + Z
- d. () Ctrl + Z e Ctrl + Q
- e. () Ctrl + Z e Ctrl + Y

Conhecimentos Específicos

(45 questões)

Direito Administrativo

5 questões

16. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Licitações e Contratos.

- a. () Não se admite em nenhuma hipótese o contrato verbal com a Administração Pública.
- b. (X) A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.
- c. () O instrumento de contrato é obrigatório nas licitações públicas.
- d. () É permitido apenas aos licitantes o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.
- e. () Na licitação, decorridos noventa dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17. Assinale a alternativa **incorreta** de acordo com a Lei nº 8429/92 – Lei de Improbidade Administrativa.

- a. () Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b. () A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- c. () A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.
- d. () A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- e. (X) Homologada a transação, acordo ou conciliação, o termo surtirá efeitos após a sua publicação.

18. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Complementar nº 575/12 que cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

- a. (X) A Defensoria Pública poderá ter em sua sede o percentual máximo de 30% (trinta por cento) do quantitativo dos cargos de analista técnico e técnico administrativo em atividade.
- b. () As funções institucionais da Defensoria Pública não poderão ser exercidas contra as pessoas jurídicas de direito público.
- c. () Os servidores de apoio e assessoramento devem ter exercício no órgão de atuação em que forem inicialmente lotados pelo período mínimo de três anos, ressalvadas as hipóteses de remoção de ofício ou por concurso.
- d. () O quantitativo lotacional dos Núcleos Regionais será determinado mediante ato do Subdefensor Público-Geral
- e. () O afastamento para estudo ou missão no interesse da Defensoria Pública será autorizado pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

19. A Lei Complementar nº 575/12 cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

Considerando a referida Lei, são órgãos de administração superior, **exceto**:

- a. () Defensoria Pública-Geral.
- b. (X) Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública.
- c. () Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.
- d. () Conselho Superior da Defensoria Pública.
- e. () Subdefensoria Pública-Geral.

20. De acordo com a Lei Complementar nº 491/2010 – Estatuto jurídico disciplinar no âmbito da administração direta e indireta do Estado de Santa Catarina, em qual das infrações disciplinares abaixo poderá ser utilizado o procedimento sumário?

- a. () ofensa à superior
- b. () advocacia administrativa
- c. () dilapidação de patrimônio
- d. () insubordinação funcional
- e. (X) abandono de cargo

Direito Civil

10 questões

21. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () A lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias após a sua sanção.
- b. () Não se consideram lei nova as correções a texto de lei já em vigor.
- c. () Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a equidade, a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- d. (X) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- e. () Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia noventa dias depois de oficialmente publicada.

22. De acordo com o Código Civil brasileiro, serão registrados no registro público, **exceto**:

- a. () os nascimentos, casamentos e óbitos.
- b. () a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- c. () a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- d. () a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- e. (X) as sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal.

23. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. () Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, sobrenome e pseudônimo.
- b. (X) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- c. () O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome, exceto quanto a sua utilização em publicações comerciais.
- d. () É facultada a utilização de nome alheio em propaganda comercial, desde que não haja exposição de sua honra.
- e. () Violado direito personalíssimo do morto, a legitimação para requerer a medida projetiva é exclusiva do cônjuge sobrevivente.

24. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. () A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito seis meses após a sua publicação.
- b. () Em caso de ausência, apenas o cônjuge do ausente será o seu legítimo curador.
- c. () Falecendo dois ou mais indivíduos na mesma ocasião, presumir-se-á morto em primeiro o mais velho.
- d. () A morte, quanto aos ausentes, somente será declarada cento e oitenta dias após a conclusão da sucessão definitiva.
- e. (X) Caso seja extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, poderá ser declarada a sua morte presumida, sem decretação de ausência.

25. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. () Interpreta-se restritivamente o ato jurídico formal.
 - b. () A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, salvo quando a lei não exigir expressamente.
 - c. () Em decorrência do princípio das formas, o silêncio não poderá ser interpretado como manifestação de vontade.
 - d. (X) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
 - e. () Nos negócios jurídicos benéficos e na renúncia se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
-

26. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. (X) Se a dívida solidária interessar exclusivamente a um dos devedores, responderá este por toda ela para com aquele que pagar.
- b. () Se o credor exonerar da solidariedade um ou mais devedores, restará prejudicada a dos demais.
- c. () O credor pode ceder o seu crédito, com a anuência expressa do devedor, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor.
- d. () Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela solvência do devedor ao tempo em que lhe cedeu.
- e. () Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se operar por último.

27. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. () Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor.
 - b. () Presume-se a solidariedade quando decorrente da vontade das partes.
 - c. () Na obrigação de dar coisa certa, os frutos percebidos e os pendentes são do credor.
 - d. (X) Na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
 - e. () Até a tradição pertence ao devedor a coisa certa, com os seus melhoramentos e acessórios, não podendo depois da avença exigir aumento no preço.
-

28. De acordo com o Código Civil brasileiro, a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa prescreve em:

- a. () um ano.
 - b. () dois anos.
 - c. (X) três anos.
 - d. () cinco anos.
 - e. () quatro anos.
-

29. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. () É anulável a renúncia à decadência fixada em lei.
- b. () O juiz poderá conhecer do ofício a decadência estipulada pelas partes.
- c. () Pelo princípio da simetria, aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- d. () A parte a quem aproveita o advento do prazo decadencial pode alegá-lo em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir de ofício a alegação.
- e. (X) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à decadência, ou não a alegarem oportunamente.

30. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. () A indenização mede-se pela extensão do dano e pelo grau de culpa do agente.
- b. (X) Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, também serão responsáveis pela reparação civil, até a concorrente quantia.
- c. () O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, cabendo ao seu representante legal o fazer.
- d. () Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas, ficará obrigado a pagar ao devedor o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- e. () O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la cessa com a morte do causador do dano.

Direito Constitucional

5 questões

31. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Constitucional.

- a. () Após adquirida a estabilidade o servidor público não poderá mais perder o cargo.
- b. () Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c. () Passados três anos do exercício do cargo o servidor adquirirá automaticamente a estabilidade.
- d. () O servidor público poderá se aposentar voluntariamente, desde que tenha cumprido tempo mínimo de quinze anos de exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- e. (X) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

32. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Constitucional.

- a. (X) Poderá ocorrer efeito repristinatório no controle de constitucionalidade.
- b. () No âmbito da Constituição Federal vigente é expressamente vedada a repristinação.
- c. () Não se admite no constitucionalismo brasileiro o fenômeno da mutação constitucional.
- d. () A constitucionalidade superveniente é aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- e. () A ordem constitucional vigente admite a aplicação automática da teoria da desconstitucionalização.

33. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Constitucional.

Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar e processar originariamente:

- a. () a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- b. (X) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- c. () os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
- d. () o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.
- e. () as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

34. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Constitucional.

São legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, **exceto**:

- a. () Confederação sindical.
- b. () Presidente da República.
- c. () Mesa de Assembleia Legislativa.
- d. () Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- e. (X) Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

35. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Constitucional.

É fundamento da República Federativa do Brasil:

- a. () a defesa da paz.
- b. () erradicar a pobreza
- c. (X) a dignidade da pessoa humana.
- d. () a prevalência dos direitos humanos.
- e. () construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Direito da Criança e do Adolescente

5 questões

36. Qual dos regimes de atendimentos, dentre os abaixo descritos, de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes foi revogado no Estatuto da Criança e do Adolescente?

- a. (X) abrigo
- b. () semiliberdade
- c. () acolhimento institucional
- d. () prestação de serviços à comunidade
- e. () apoio socioeducativo em meio aberto

37. Qual o prazo mínimo em que deverá ser fixada a medida de liberdade assistida?

- a. () 10 dias
- b. () 30 dias
- c. () 45 dias
- d. () 90 dias
- e. (X) 6 meses

38. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a. () Entende-se por família natural a comunidade formada por ambos os pais.
- b. (X) É vedada, nas modalidades de guarda e de tutela, a colocação da criança ou do adolescente em família substituta estrangeira.
- c. () O reconhecimento de paternidade, que deverá acontecer após o nascimento, poderá ser realizado no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público.
- d. () A família substituta poderá, a qualquer tempo, transferir a criança ou o adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais.
- e. () A família natural que não demonstrar recursos materiais suficientes para o amparo à criança e ao adolescente poderá perder ou ter suspenso o seu poder familiar.

39. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a. () O recurso de apelação interposto contra a sentença proferida no processo de adoção será recebido no duplo efeito.
- b. () A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo, salvo se tratar de colocação em família substituta estrangeira.
- c. () Concluso ao relator, o processo em mesa deverá ser colocado para julgamento no prazo máximo de 30 dias.
- d. (X) O prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 dias, salvo no caso do recurso de embargos de declaração.
- e. () Os feitos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, deverão seguir o sistema recursal próprio.

40. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a. () Na apuração de ato infracional atribuído a adolescente, a autoridade policial poderá conceder a remissão ao menor infrator, caso o crime não tenha sido cometido mediante violência ou grave ameaça.
- b. () A representação contra a criança ou o adolescente infrator depende de prova pré-constituída da autoria e materialidade.
- c. (X) A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, antes da sentença.
- d. () O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento de apuração de ato infracional será de quarenta e cinco dias.
- e. () Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer à audiência de apresentação, a autoridade judiciária nomeará curador especial.

Direito do Consumidor

5 questões

41. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito do Consumidor.

- a. () A convenção coletiva de consumo torna-se obrigatória a partir da sua publicação no Diário Oficial.
- b. () A convenção coletiva de consumo obrigará a todos os fornecedores do ramo comercial objeto do acordo.
- c. () As relações de consumo não podem ser objeto de convenção coletiva.
- d. () Apenas as associações de fornecedores e os sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, as relações de consumo.
- e. (X) Não se exime de cumprir a convenção coletiva de consumo o fornecedor que se desligar da entidade signatária em data posterior ao registro do instrumento.

42. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito do Consumidor.

- a. (X) A pessoa jurídica de direito público estrangeira pode ser fornecedora.
- b. () Pessoa jurídica não pode ser considerada consumidora.
- c. () Bem imóvel não se enquadra no conceito de produto.
- d. () Toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço é considerada consumidor.
- e. () Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, securitária e as decorrentes das relações trabalhistas.

43. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito do Consumidor.

- a. () Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar nenhum tipo de riscos à saúde ou segurança dos consumidores.
- b. () Após posto o produto no mercado, cabe exclusivamente ao revendedor prestar as informações acerca dos riscos à saúde ou segurança dos consumidores.
- c. () O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato até trinta dias às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.
- d. (X) O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.
- e. () Após aprovado e incluído o produto no mercado, o fornecedor não possui mais responsabilidade nenhuma sobre eventuais vícios que possam aparecer.

44. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito do Consumidor.

- a. () São sinônimos fato e vício do produto ou do serviço.
- b. (X) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor
- c. () Consideram-se vício do produto os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- d. () O consumidor tem o prazo de noventa dias para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis
- e. () O prazo decadencial para o consumidor reclamar pelos vícios aparentes é suspenso pela execução dos serviços de reparação.

45. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito do Consumidor.

- a. () As sociedades consorciadas respondem subsidiariamente à causadora pelo dano em matéria do consumidor.
- b. () A responsabilidade das sociedades coligadas é solidária ao fornecedor autor do dano ao consumidor.
- c. () As sociedades consorciadas só responderão por culpa.
- d. () A falência e o estado de insolvência não são causas suficientes para a quebra da personalidade jurídica da sociedade.
- e. (X) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações consumeristas.

Direito Penal

10 questões

46. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre crimes contra o meio ambiente, fauna, flora, águas e pesca.

- a. () A pena de interdição temporária de direito é a proibição de o condenado obter alvará de licença para pesca, caça ou exploração de qualquer bem ambiental, pelo período de até dois anos.
- b. () Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que comprovado o desvio de finalidade e a confusão patrimonial.
- c. (X) O valor pago a título de prestação pecuniária será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.
- d. () As pessoas jurídicas poderão ser responsabilizadas apenas na esfera administrativa, devendo, pois, as sanções civis e criminais recaírem sobre o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica.
- e. () Não se aplicam aos crimes ambientais as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

47. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Penal brasileiro.

- a. () O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade inferior dois anos.
- b. () Não será concedido livramento condicional para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa,
- c. () Caso o liberado venha a ser condenado durante a vigência do benefício, revoga-se o livramento condicional,
- d. (X) O juiz não poderá declarar extinta a pena, enquanto não passar em julgado a sentença em processo a que responde o liberado, por crime cometido na vigência do livramento.
- e. () Revogado o livramento, a qualquer momento poderá o juiz da execução conceder novamente o benefício.

48. O Código Penal brasileiro adotou qual teoria para definir o local do crime?

- a. () Teoria da ação
 - b. () Teoria do resultado
 - c. () Teoria da ação mista
 - d. () Teoria do resultado objetivo
 - e. (X) Teoria mista ou da ubiguidade
-

49. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Penal brasileiro.

- a. (X) O Código Penal brasileiro adota, no concurso de pessoas, a teoria monista.
 - b. () No concurso de pessoas, cada um dos agentes responde por um tipo de infração diversa.
 - c. () Praticado o crime em concurso de pessoas a pena será aumentada de um a dois terços.
 - d. () Na teoria dualista, adotada pelo Código Penal brasileiro para casos de concurso de pessoas, o autor e o partícipe respondem por infrações penais autônomas.
 - e. () Verificada a pluralidade de agentes e de condutas estará configurado o concurso de pessoas.
-

50. Assinale a alternativa **correta** de acordo com Código Penal brasileiro.

- a. () A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos é causa excludente de culpabilidade.
- b. () Excluem a imputabilidade penal o cometimento de crime em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- c. (X) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d. () Não há crime quando o agente pratica o fato impelido de forte emoção ou paixão.
- e. () É isento de pena o agente acometido por perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

51. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei nº 9.434/97, que dispõe sobre crimes de remoção ilegal de órgãos, tecidos e partes do corpo humano.

- a. () A remoção *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoas não identificadas é permitida mediante autorização judicial.
 - b. () É vedada a remoção de tecidos, órgãos ou partes de cadáver para fins de transplante no caso de morte sem assistência médica ou de óbito em decorrência de causa mal definida.
 - c. () É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor a qualquer título de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau.
 - d. (X) O autotransplante depende apenas do consentimento do próprio indivíduo, registrado em seu prontuário médico, ou, se ele for juridicamente incapaz, de um de seus pais ou responsáveis legais.
 - e. () A doação de tecido, órgão ou parte do corpo poderá ser revogada, pelo doador ou pelos responsáveis legais, em até dois anos do ato de liberalidade.
-

52. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei nº 10.826/03, que trata do Estatuto do Desarmamento.

- a. () Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios é vedado o porte de arma de fogo.
- b. (X) O caçador para subsistência que der outro uso à sua arma de fogo, independentemente de outras tipificações penais, responderá, conforme o caso, por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido.
- c. () A fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo deverão ser autorizadas pelo Comando do Exército.
- d. () As armas de fogo de uso restrito serão registradas na Polícia Federal.
- e. () É permitido o porte de arma de fogo em todo o território nacional para uso exclusivo de servidores públicos que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança.

53. Assinale a alternativa **correta** de acordo o Código Penal brasileiro.

- a. O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas.
- b. A pena de detenção deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto.
- c. No regime fechado é admissível a frequência do apenado a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.
- d. O condenado por crime contra o patrimônio terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
- e. É vedado o trabalho externo ao preso em regime fechado.

54. Assinale a alternativa **correta** de acordo o Código Penal brasileiro.

- a. A representação poderá ser retratada até a citação do acusado.
- b. O direito de oferecer queixa ou de prosseguir decai no caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial.
- c. Quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação pública em relação àquele, desde que, em relação a qualquer destes, se deva proceder por iniciativa do Ministério Público.
- d. Importa renúncia tácita ao direito de queixa o fato de o ofendido receber a indenização do dano causado pelo crime.
- e. O direito de queixa pode ser exercido a qualquer momento.

55. Assinale a alternativa **correta** de acordo o Código Penal brasileiro.

Aquele que submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de dezoito anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que abandone, comete o crime de:

- a. estupro de vulnerável.
- b. corrupção de menores.
- c. instigação sexual de vulnerável.
- d. favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.
- e. satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

Direito Processual Civil

3 questões

56. Assinale a alternativa **correta** em matéria processual civil.

- a. Suspende-se o processo quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- b. O autor não poderá desistir da ação, sem o consentimento do réu, depois de decorrido o prazo para a resposta.
- c. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- d. Após apresentada a defesa, é vedado às partes transigirem sobre o pedido.
- e. Extinto o processo, o autor não poderá intentar com nova ação sobre o mesmo objeto.

57. Assinale a alternativa **correta** em matéria processual civil.

- a. (X) O foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- b. () Reputam-se conexas duas ou mais ações, sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir.
- c. () A competência, em razão do valor e do território, é inderrogável pelas partes.
- d. () A incompetência absoluta deverá ser arguida por meio de exceção.
- e. () Correndo em separado ações conexas, considerar-se-á prevento o juiz que despachar em primeiro lugar.

58. Assinale a alternativa **correta** em matéria processual civil.

- a. () O juiz, ao pronunciar a nulidade, declarará, de imediato, as providências necessárias a sua repetição.
- b. () Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes.
- c. () A nulidade de uma parte do ato prejudicará todo o ato.
- d. (X) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais.
- e. () A nulidade dos atos poderá ser alegada em qualquer fase processual.

Direito Processual Penal

2 questões

59. Assinale a alternativa **correta** em matéria de direito processual penal.

- a. () Em caso de prisão civil, a fiança deverá corresponder ao valor da verba alimentícia requerida.
- b. () A autoridade judiciária ou policial poderá, a qualquer momento, conceder fiança.
- c. (X) A fiança, que será sempre definitiva, consistirá em depósito de dinheiro, pedras, objetos ou metais preciosos, títulos da dívida pública, federal, estadual ou municipal, ou em hipoteca inscrita em primeiro lugar.
- d. () A autoridade policial somente poderá conceder fiança quando a condenação a pena privativa de liberdade não seja superior a 4 anos.
- e. () Compete privativamente à autoridade judiciária conceder fiança nos casos de infração cuja pena máxima não seja superior a 4 anos.

60. Assinale a alternativa **correta** em matéria de direito processual penal.

- a. () O arquivamento do inquérito policial será ordenado por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público.
- b. (X) Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes.
- c. () A autoridade policial somente decretará a incomunicabilidade do indiciado quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.
- d. () Durante o inquérito policial, o Ministério Público, ofendido, ou seu representante legal, nele incluído o Defensor Público, e o indiciado poderão requerer a qualquer tempo diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade policial.
- e. () Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá informar o juízo se o indiciado possuir recursos financeiros para constituir advogado ou, em sendo pobre, se necessita de Defensor Público.

**Página
em Branco.
(rascunho)**



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>